

O PIONEIRISMO DA MULHER NA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

Raquel Luise Pret¹
raquelpret@id.uff.br

Resumo

A sociedade brasileira configura-se como um espaço heterogêneo marcado por desigualdades, assimetrias e violências, inclusive de gênero. Os campos do conhecimento tal como a Arquivologia refletem esta configuração, influenciados pelas estruturas constituintes da nossa condição histórica: o patriarcado, o patrimonialismo, o classismo. Assim, constituiu-se noções como a esfera pública sendo um lugar pertencente ao masculino, enquanto, a esfera privada, o lar, o ambiente doméstico e familiar como o lugar do feminino. Práticas culturais que criam um imaginário de dominação masculina em importantes áreas como a política, a economia, as ciências. Uma formação social que privilegia a narrativa na qual os homens detêm o saber e o poder, em detrimento da invisibilização das mulheres. Contrariando essa lógica, mulheres sobrepuseram tal sujeição e exerceram protagonismo na produção do conhecimento, mesmo em ambientes hostis. Diante dessa realidade, o objetivo desse artigo é analisar a atuação das mulheres na constituição da Arquivologia como campo científico no Brasil e suas contribuições para o desenvolvimento deste. O intuito é compreender como determinadas agentes participaram da fundação de importantes instituições arquivísticas, estabeleceram e implementaram métodos e técnicas, criaram e engajaram-se em associações, além de verterem-se em expoentes da produção científica na Arquivologia. A abordagem metodológica é de caráter qualitativo e exploratório. Por meio de um levantamento bibliográfico acerca da história da Arquivologia no Brasil, mapeamos nomes que figuraram frequentemente na literatura, justamente por suas colaborações na consolidação desse campo do conhecimento a partir da atuação nas frentes já citadas. Estabelecemos como marco temporal a segunda metade do século XX, justamente pela institucionalização da Arquivologia como saber científico disciplinarizado no Brasil. Essa análise foi cotejada com uma revisão de literatura acerca da construção social de gênero. A disciplinarização dos saberes faz parte dessa investigação também. Apresentamos como resultados as formas que figuras femininas despontaram na consolidação de técnicas arquivísticas, inclusive compartilhando experiências e influências adquiridas na Europa e nos Estados Unidos como Nilza Teixeira Soares, Marilena Leite Paes, Helena Corrêa Machado e outras personalidades que também participaram ativamente na fundação e organização da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Cabe destacar a influência das professoras Heloísa Bellotto e Ana Maria Camargo na produção científica da área, constituindo-se inclusive como referências internacionais, sobretudo pelas formulações acerca da tipologia documental, significativo contributo que instiga o desenvolvimento de estudos sobre classificação e avaliação dos documentos de arquivo. O trabalho conclui analisando as condições

¹ Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (GCI/UFF). Niterói/RJ, Brasil.

de gênero, classe e raça na produção do imaginário do pionerismo da mulher no campo da Arquivologia.

Palavras-chave: arquivologia; mulher; gênero; pioneirismo; campo científico.

1. INTRODUÇÃO

O título desse trabalho converte-se em uma indagação uma vez que a premissa de as mulheres são pioneiras na constituição da Arquivologia como campo científico no Brasil é presente tanto na literatura arquivística brasileira, quanto em congressos, simpósios, seminários e mesmo em conversas informais entre os pares.

Assim, essa investigação partiu justamente do questionamento se o pioneirismo da mulher foi uma realidade na formulação dessa área do conhecimento e como tal imaginário se formou. Portanto, essa pesquisa exploratória que ainda se encontra em um estágio bastante embrionário, procura refletir sobre as práticas discursivas que levaram a tal produção simbólica; mapear quais agentes exerceram tal protagonismo; quais foram suas formas de atuação e como se tornaram referenciais para a Arquivologia Brasileira.

Fundamentalmente, as reflexões aqui apresentadas estão inseridas na conjuntura social, econômica, política e cultural do Brasil e do mundo no qual é imperativo debater questões associadas à construção social de gênero, perpassando pelas relações de poder, desigualdade, validações, interdições e subordinações. A Arquivologia Brasileira necessita também enfrentar essa discussão, analisando sua própria formação e como está inserida em tal conjuntura.

Então, com tais objetivos definidos, procuramos qualificar importantes categorias operatórias a fim de possibilitar um mapeamento mais preciso acerca do protagonismo das mulheres na Arquivologia brasileira e da construção desse imaginário. Para tanto, recorreremos ao conceito de imaginário a partir dos pressupostos de Chartier (2005) e Baczko (1991); de gênero como construção social por Scott (1990) e Beauvoir (2009); além disso, analisamos as práticas discursivas à luz da tese de disciplinarização dos saberes, de Foucault (1998).

Chartier ao formular o conceito de imaginário, o associa às modalidades de relação dos sujeitos com o mundo social que se daria pelo trabalho de produção de

sentidos múltiplos para o real, visto que a realidade é construída de maneira diversa pelos diferentes grupos sociais; pelas práticas que visam estabelecer uma identidade própria no mundo; e, finalmente, pelas formas institucionais mediante as quais umas pessoas representam a outras (CHARTIER, 2005, p. 23). Dessa forma, o imaginário seria constituído por produções simbólicas que servem para compreender o real.

Nessa perspectiva, Baczko (1991) define imaginário como conjunto de representações sociais. As produções simbólicas de determinados grupos transformam-se em representações sociais usadas para compreender a realidade e constituir identidade e pertencimento, no entendimento de compartilharem acordos, convenções, tratativas que permitam a formulação de interpretações coletivas.

O imaginário estabelece uma espécie de identidade para dada sociedade, são acordos coletivamente aceitos que produzem simbolicamente a realidade. As relações econômicas, políticas, religiosas, culturais, sociais fazem parte de uma realidade específica construída pela coletividade (BACZKO, 1991, p. 14).

Então, o imaginário mostra que as hierarquias sociais e as legitimações de poder perpassam por produções simbólicas da realidade experienciada. Ordenamentos jurídicos, legislações, direitos constitucionais, divinos e demais formas de legitimidade de poder são produções simbólicas que justificam e retroalimentam dominações, configuram-se com bens simbólicos elaborados pelas sociedades que sentiram a necessidade desses dispositivos de regulação de suas vidas em coletividade.

No campo da Arquivologia brasileira, dentre diversas representações sociais, constituiu-se o imaginário de que as mulheres foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento da área como campo do conhecimento. No entanto, como afirma Leta (2003), o campo das ciências do conhecimento sempre foi considerado um espaço masculino. Na disciplinarização dos saberes abordada por Foucault (1998), a história da Ciência com c maiúsculo, a história das instituições acadêmicas e científicas foi construída por discursos e narrativas que privilegiaram a produção simbólica que reflete no imaginário o lugar do neutro, do racional, do universal como sendo ao mesmo tempo pertencente à ciência e ao homem. Então, um questionamento pertinente é: por que a Arquivologia brasileira possui esse imaginário tão diferente?

Se as mulheres costumam ser silenciadas e invisibilizadas, por que existe tal protagonismo na instituição do campo arquivístico? O que essa aparente coincidência com áreas consideradas próximas como a Biblioteconomia e a Museologia revela?

Para tanto, precisamos recorrer a categoria gênero como um instrumento de análise. Em nosso estudo, foi importante perceber o gênero como uma construção social, tal como preconizada por Beauvoir (2009). Logo, essa abordagem não procura realizar uma dualidade dos sexos e traduzi-la como conflito. Essa armadilha discursiva que encontrou ressonância em diversos campos ao longo da história.

Seguindo os passos de Joan Scott (1999), pretendemos abordar o pioneirismo da mulher na Arquivologia, considerando o gênero como parte constitutivo das relações sociais. No entanto, essa categoria é baseada nas diferenças percebidas entre os sexos e transformadas simbolicamente em desigualdades. “É uma forma primária de significar relações de poder (SCOTT, 1999, p. 42). É importante em nossa análise compreender as mudanças nas formas da sociedade se organizar dentro de nosso micro-universo da Arquivologia, pois tais transformações também reverberam nas representações sociais, sobretudo no tocante às relações de poder.

A partir desses pressupostos estabelecemos nossos percursos metodológicos apresentados na próxima seção, baseados em uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório.

2. METODOLOGIA

Primeiramente, realizamos um levantamento bibliográfico acerca da história da Arquivologia no Brasil na produção livresca, dentre as obras revisadas destacamos: **A Arquivologia Brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais, de Angélica Alves da Cunha Marques (2013); **Arquivística no Laboratório**: História, teoria e métodos de uma disciplina, de Paulo Roberto Elian dos Santos (2008); **A formação do arquivista no Brasil**, organizada por José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca (1999); **A Arquivologia**: configurações de pesquisa no Brasil, editada por Georgete Medleg Rodrigues e Marli Guedes da Costa (2016); **Pensar os arquivos**: uma antologia, organizada por Luciana Heymann

e Letícia Nedel (2018) e **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**, de Clarissa Schmidt (2015).

Realizamos também um circunstanciado levantamento na revista **Acervo**, editada pelo Arquivo Nacional, e apuramos 65 artigos, em seus 34 volumes até janeiro de 2021, sobre o campo arquivístico. Os resultados da análise desse levantamento e revisão bibliográfica apresentaremos na próxima seção quando cotejaremos com a abordagem da temática do artigo. Igualmente, analisamos todos os volumes e todos os números do periódico **Arquivo & Administração**, publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileira (AAB), entre os anos de 1972 a 2004.

Todavia, a literatura percorrida nos levou a investigar a atuação das mulheres não somente na produção científica, mas o engajamento e mobilização na consolidação da área pelo associativismo e também a ocupação de cargos de direção e gestão de setores estratégicos em instituições arquivísticas.

Pelo estágio inicial de nossa pesquisa, delimitamos a apresentação de nossos resultados a destacar protagonistas do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. No entanto, cabe a ressalva que se trata de uma restrição pela necessidade de recorte espacial no objeto dessa investigação. Há inúmeras e profundas contribuições de agentes no Norte, Nordeste, Sul e outras regiões brasileiras que fazem parte desse imaginário social e que serão visibilizadas no decorrer dessa pesquisa em andamento.

Logo, mapeamos mulheres apontadas pela literatura arquivística como pioneiras em termos de produção e difusão de técnicas e processos arquivísticos para tratamento documental; obras mais citadas por tal corpus levantado e, por fim, a atuação dessas mulheres em cargos de gestão e assessoramento, em especial no Arquivo Nacional (AN), no Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC), no e no Arquivo do Estado de São Paulo (APESP).

Destarte, a partir dessas diretrizes teóricas e metodológicas, apresentamos o resultado dessa pesquisa procurando refletir o papel da mulher na formação da Arquivologia brasileira enquanto campo do conhecimento.

3. RESULTADOS

Ao analisarmos as obras da literatura arquivística que abordam a formação do campo no Brasil, dentre os nomes usualmente citados encontramos Nilza Teixeira, Helena Corrêa Machado, Marilena Leite Paes, Maria Odila Kahl Fonseca, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, Heloísa Bellotto, Ana Maria Camargo, Ieda Pimenta Bernardes, entre outras agentes de transformação do campo.

Essas mulheres são lembradas, primeiramente, por serem precursoras na adoção de princípios e técnicas da Arquivologia no tratamento do acervo documental nas instituições que faziam parte. Depois, seu engajamento na criação de associações que representassem os profissionais de arquivo também é apresentado como elemento fundador da consolidação do campo arquivístico no Brasil. Suas atuações na criação dos cursos de graduação na área também são registradas no material analisado por essa pesquisa. Ademais, suas produções científicas tornaram-se referências como apresentaremos ao longo desse trabalho.

3.1 PIONEIRAS NA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

Nilza Teixeira Soares, bibliotecária de formação, destacou-se no campo da Arquivologia por seu trabalho no Serviço de Documentação do então do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ainda na década de 1950. Por estar mais próxima ao tratamento e organização dos documentos de arquivo, procurou especializar-se na área, realizando cursos no exterior por meio de bolsas conquistadas dentro de instituições do governo, como o caso dos cursos de gestão de arquivos correntes e administração de arquivos permanentes, realizado na American University entre os anos de 1952 e 1953, nos Estados Unidos. Ademais, foi bolsista do curso sobre documentação pública, promovido pelo Conselho Britânico junto ao Parlamento e Arquivo do Reino Unido, no final da década de 1950. Já na década seguinte, estagiou no Arquivo Nacional da França, em 1961.

Essa imersão nas práticas e técnicas implementadas nos arquivos europeus e norte-americanos marcou a sua trajetória no campo arquivístico brasileiro, como apresenta Santos (2008), pois tais influências passaram a ser aplicadas no tratamento dos documentos de arquivo nas instituições por onde passou. Sendo assim, passou a

ser considerada uma das precursoras na adoção de princípios e técnicas específicas da Arquivologia como campo do conhecimento.

Nilza Teixeira Soares foi convidada por José Honório Rodrigues para pensar em metodologias de administração dos documentos do Arquivo Nacional. Influenciada pelos pressupostos de Schellenberg, propôs a adoção da gestão de documentos na instituição, separando os documentos do uso corrente dos documentos do arquivo permanente. Ainda não se debatia a teoria das três idades, mas a partir desse movimento na década de 1960 no Arquivo Nacional, os arquivos brasileiros passaram a compreender que os documentos tinham idade, ciclos.

Entusiasta da ciência arquivística, traduziu o livro **Arquivos Modernos**, em 1973, de Schellenberg, considerada a obra de maior influência da Arquivologia Internacional pela Associação de Arquivistas Americanos. Como afirma Marques (2013), esta tradução permitiu a comunidade profissional brasileira ter acesso a um conjunto de técnicas e conceitos que facilitariam o uso e a administração dos arquivos. A partir dessa obra traduzida, diversos trabalhos no campo dos arquivos ganharam respaldo teórico e prático para consolidar teorias e metodologias, sobretudo no tocante à avaliação de documentos de arquivo.

Ademais, suas influências teóricas no campo da Arquivologia também serviram de base para sua atuação junto ao Arquivo da Câmara, criando a seção de Avaliação e Recolhimento, uma abordagem até então inteiramente nova que se distanciava das práticas biblioteconômicas até então utilizadas, sobretudo para a classificação dos documentos. A classificação decimal por assuntos não contemplava a natureza dos documentos de arquivo. O levantamento das rotinas administrativas para justificar a permanência ou descarte de documentos serviu também para basear a classificação.

Outro importante nome constantemente citado na literatura arquivística por sua atuação na consolidação da Arquivologia brasileira é o de Marilena Leite Paes. Bibliotecária de formação, Paes dedicou mais de cinco décadas ao desenvolvimento de processos e técnicas que melhor atendessem as especificidades dos arquivos, além de sua luta pelo reconhecimento e regulamentação da profissão de arquivista.

Seu trabalho na Fundação Getúlio Vargas (1954 a 1993) tornou-se um referencial para organização e tratamento de documentos de arquivo por outras instituições. Como destaca Santos (2021), sua parceria com outra importante figura da FGV, Maria de Lourdes Costa e Sousa, tornou possível a constituição do Arquivo Central da FGV, sendo um pólo formador de profissionais de arquivo, difundindo metodologias, técnicas, teorias de correntes arquivísticas, sobretudo a dos Estados Unidos, cujo principal expoente era Schellenberg, como a francesa, com Boulier de Branche.

O sistema de arquivos da FGV, implementado por Marilena Leite Paes e Maria de Lourdes Costa e Sousa, inspirado no modelo da ONU, serviu posteriormente como inspiração para implementação de outros sistemas em grandes instituições. Foram implementados arquivos setoriais nas unidades de trabalho, chamado na época de núcleos de arquivo, estabelecidas normas de recebimento, produção, trâmite e recolhimento dos documentos de arquivo. A experiência deu apoio para a implementação do Arquivo Central na FGV que funcionava como arquivo permanente e coordenação dos núcleos de arquivo acerca da gestão dos documentos.

Helena Corrêa Machado também figura entre as pioneiras da Arquivologia brasileira por sua atuação a frente da diretoria da Divisão de Documentação do Estado da Guanabara, em 1963. Ao longo de duas décadas procurou estruturar expedientes de arquivo na tramitação dos documentos da administração pública do Estado. O conhecimento arquivístico brasileiro, inspirado sobretudo pelas correntes dos Estados Unidos e da França, que passou a circular nas instituições arquivísticas nas décadas de 1960 e 1970, encontraram ressonância na gestão de Machado, sendo base do processo de estruturação dos arquivos e sua administração no âmbito do Estado da Guanabara.

Marilena Leite Paes, Maria de Lourdes Costa e Sousa e Helena Corrêa Machado são apontadas como protagonistas no processo de institucionalização da Arquivologia brasileira como campo do conhecimento, mas também como agentes mobilizadores para a regulamentação da profissão de arquivista, uma vez que lideravam movimentos de associativismo e foram responsáveis, junto com outros arquivistas como José Pedro Esposel, pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971.

A criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros é apontada por autores como Jardim e Fonseca (1999), Silva (2013) e Gomes (2011) como marco de consolidação da Arquivologia brasileira. A criação do periódico especializado para área, **Arquivo e Administração**, em 1972, contribuiu para a disseminação de princípios, teorias e metodologias aplicados nos arquivos.

A AAB promoveu a difusão do fazer arquivístico em sua especificidade como: a adoção dos princípios da proveniência e da ordem original; a divisão dos documentos de arquivo em suas fases corrente, intermediária e permanente; a avaliação dos documentos; a classificação dos documentos por funções e atividades da entidade produtora. Todos esses saberes e suas práxis passaram a circular com a realização de congressos e seminários, mas sobretudo, pela formação de núcleos regionais em diversas capitais brasileiras.

Esse artigo não possui a pretensão de esgotar a cartografia dos nomes das personalidades que foram fundamentais para a consolidação da Arquivologia brasileira. No entanto, apresentamos os primeiros indícios dessa investigação que apontam para a atuação dessas mulheres no associativismo arquivístico como estratégia de formação do campo profissional e científico da Arquivologia.

3.2 INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E SUAS AGENTES

Outra importante instância para a consolidação dos princípios e técnicas arquivísticas no Brasil, marcada pela atuação e engajamento de mulheres na organização e tratamento do acervo documental, foi do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), em 1973.

Castro (2017) destaca que um grupo de pesquisadores passaram a combinar com grande êxito a organização dos arquivos privados com a pesquisa histórica. Nesse contexto, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco ocupa um lugar central não somente por ser fundadora do CPDOC, instituição que foi diretora entre 1973 e 1990, mas por adotar os princípios e técnicas arquivísticas para organização e tratamento do acervo da instituição.

Celina criou o Centro a partir do arquivo de seu avô, Getúlio Vargas, aproveitando a sua condição social e suas relações políticas para a criação do Centro. Com a organização e institucionalização do CPDOC, diversos arquivos privados de personalidades políticas foram doadas, tendo como política de aquisição, o recolhimento apenas de arquivos do período republicano da era Vargas em diante. A estruturação do CPDOC, em relação aos fundos, seguiu as diretrizes oferecidas por Maria Amélia Porto Migueis, de acordo com a sua experiência a frente da Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial de Petrópolis (FRAIZ, 1998).

A atuação de Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco foi um marco na presença da mulher em cargos de alto escalão nos arquivos. A socióloga, convidada para assumir a direção do Arquivo Nacional, em 1981, cargo que permaneceu por 10 anos, foi responsável pelo planejamento e execução do projeto de modernização da instituição durante a década de 1980. Com a equipe formada ainda no CPDOC que a acompanhou na transferência para o Arquivo Nacional, empenhou-se em transformar o AN na instituição arquivística referencial em termos de organização e preservação de acervo no Brasil.

A força política de Franco, marcada por seu lugar privilegiado como membro da aristocracia brasileira proporcionou a possibilidade de criar um importante centro de pesquisas da história do Brasil. Ademais, sua indicação para ocupar a instituição arquivística mais importante do país também deve-se aos laços de reciprocidade política no circuito de trocas simbólicas que perpetuavam os mesmos grupos no poder e no cenário político brasileiro. Neta de Getúlio Vargas, filha de Ernani do Amaral Peixoto e primeira mulher de Moreira Franco, Celina soube utilizar de seu capital político e simbólico para contribuir com o desenvolvimento da Arquivologia brasileira.

Os manuais técnicos, os instrumentos de pesquisa, a revista **Acervo** e censos publicados são realizações da gestão de Franco e conquistas inequívocas para a Arquivologia e seu desenvolvimento como área do conhecimento científico

Um dos principais destaques de processo de modernização do Arquivo Nacional, encabeçado por Celina Vargas, foi Maria Odila Kahl Fonseca, criando metodologias para a aplicação dos princípios, conceitos do campo arquivístico, sobretudo, a influência das correntes americana e francesa.

Formada em História pela Universidade Federal Fluminense, em 1976, Fonseca iniciou sua trajetória nos arquivos a partir do vínculo com o CPDOC ainda na década de 1970. Participou da geração de historiadores dedicados a combinar suas pesquisas históricas com o tratamento documental do acervo da instituição. Trabalho de grande êxito que a aproximou de Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, integrando a equipe responsável pelo processo de modernização do Arquivo Nacional na década de 1980 (SANTOS, 2008).

Maria Odila tornou-se um grande nome da Arquivologia brasileira uma vez que difundiu seus conhecimentos teóricos sobre arquivos e as metodologias que ajudou a desenvolver no Arquivo Nacional no meio acadêmico. Professora do Departamento de Documentação da UFF, onde ingressou em 1982, Maria Odila deixou o Arquivo Nacional nos últimos anos da gestão Celina Vargas e dedicou-se ao desenvolvimento da Arquivologia no meio acadêmico. Sua parceria com José Maria Jardim rendeu diversas publicações e um crescimento exponencial da Arquivologia em termos de produção científica.

Nomes como Helena Corrêa Machado, Nilza Teixeira, Marilena Leite Paes, Celina Vargas e Maria Odila Kahl Fonseca abriram portas para a ocupação de cargos de assessoria, gestão e direção em importantes instituições arquivísticas. Embora haja a predominância dos homens nos cargos de grande escalão, podemos citar importantes conquistas nesses espaços, sobretudo pela atuação dessas mulheres no desenvolvimento de técnicas e metodologias no tratamento da documentação afinadas com os princípios e teorias arquivísticos de importantes escolas como a americana, francesa e ibérica.

Apesar de 5 mulheres terem ocupado a direção do Arquivo Nacional após a saída de Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, 2 foram nomeadas interinamente durante curtos períodos de no máximo um ano como Tereza Maria Sussekind Rocha (1990-1991); Maria Izabel de Oliveira (2016) e Maria Alice Barroso (1991-1992). Recentemente, houve a sucessão de mulheres na direção da instituição como a gestão de Caroline Chaves de Azevedo (2019-2019) e Neide de Sordi, atual diretora desde 2019. No entanto, cabe destacar que a gestão de Azevedo foge a tradição do cargo ocupado por profissionais com longa experiência no campo arquivístico, seguindo critérios políticos e não técnicos. Outrossim, a instituição ficou muitos anos sem sucessões no cargo que foi ocupado pelo professor Jaime Antunes por 24 anos (1992-2016).

A atuação de importantes expoentes da Arquivologia no Arquivo Público de São Paulo (APESP) também contribuíram para o desenvolvimento da área, inclusive no surgimento do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP). Instituído pelo Decreto n. 22.789, de 1984, pelo então Governador André Franco Montoro, o SAESP apresentava um objetivo arrojado para a época: integrar o ciclo vital – corrente, intermediário e permanente – dos documentos em um período em que a gestão documental era ainda uma teoria distante da prática, além de promover a preservação dos documentos considerados de valor histórico. Propunha-se também resgatar a função social dos arquivos, ou seja, assegurar o acesso pleno aos documentos públicos. No entanto, a instituição era identificada como órgão de preservação cultural, distanciada, inclusive, dos conceitos, técnicas e práticas consagradas pela ciência arquivística.

Foi o ingresso de Ieda Pimenta Bernardes no Arquivo Público do Estado de São Paulo um dos motivos de modificação da mentalidade desse. Bernardes contribuiu para o desenvolvimento efetivo da política de gestão documental na administração paulista ao dedicar-se ao SAESP.

Ademais, sua atuação favoreceu a concretização da condição do APESP como órgão central na elaboração, desenvolvimento e acompanhamento das políticas públicas arquivísticas do estado. Não se trata apenas de conquistas normativas, pois ao coordenar o desenvolvimento de um conjunto de ações permanentes de assistência

técnica, capacitação de servidores e monitoramento, Bernardes possibilitou efetivamente o intercâmbio entre instituições arquivísticas paulistas, promovendo o pleno funcionamento do Sistema de Arquivos tendo o APESP como órgão referencial,

3.3 AS PAULISTAS PIONEIRAS

Ainda sobre as influências paulistas no desenvolvimento da Arquivologia Brasileira não podemos deixar de citar as contribuições de Heloísa Liberalli Bellotto, sobretudo na produção científica. Formada em Biblioteconomia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1956) e em História pela Universidade de São Paulo (1959), ingressou no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP), em 1969. A partir da década de 1970, após a defesa de sua tese de doutoramento e do curso de especialização em Administração e Organização de Arquivos, realizado em Madri, com bolsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) destinada a profissionais de arquivo da América Latina, passou a organizar os documentos das coleções do IEB e a inventariá-los a partir da perspectiva ibérica da Diplomática, inclusive aprimorando ao longo das décadas de 1980 e 1990 a metodologia da tipologia documental como fundamento de classificação e avaliação dos documentos de arquivo.

Bellotto ainda cooperou, a partir de 1982, com a implementação dos métodos arquivísticos de organização e tratamento documental no Arquivo da Câmara de Deputados em Brasília, trabalho liderado por Nilza Teixeira Soares. Estruturou e coordenou, em 1986, o Curso de Especialização em Organização de Arquivos primeiramente na Escola de Comunicações e Artes (ECA), tendo a seguir passado para o IEB onde, durante 22 anos capacitou muitos profissionais de muitos estados brasileiros e de alguns países estrangeiros. Participou ativamente da implementação do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB), em 1991, além de ter contribuído para o curso de Arquivologia da Unirio, sendo professora de Diplomática entre os anos de 1993 e 1994.

Em 1988, publicou o livro **Arquivos Permanentes**, uma obra que se tornou referência na Arquivologia brasileira, citada em inúmeras dissertações, teses e livros da área. Sua produção intelectual foi de grande importância para a consolidação dos

princípios arquivísticos no Brasil, os difundiu no meio acadêmico, principalmente nos cursos de graduação. Outra obra fundamental foi a organização, junto com Ana Maria Carmargo, do **Dicionário de Terminologia Arquivística**, publicado em 1996. Bellotto publicou ainda obras referenciais como **Diplomática e Tipologia Documental**, em 2008, e **Arquivos: estudos e reflexões**, em 2014.

Seu legado ainda pode ser reconhecido em diversos artigos científicos publicados tanto no Brasil, quanto no exterior, nos periódicos renomados da área como **Historiografia y Bibliografía Americanistas**, de Sevilha, e **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, de Lisboa, **Ethnos**, de Estocolmo, entre outros. No Brasil, destaque para as inúmeras publicações na **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, artigos nos **Estudos Históricos**, do CPDOC, em **Arquivo & Administração**, da AAB, e na **Revista Acervo**, do Arquivo Nacional.

A professora Ana Maria Camargo é outro expoente para o desenvolvimento da produção científica da Arquivologia brasileira. Além de sua parceria com a professora Bellotto no desenvolvimento do dicionário terminológico, Camargo contribuiu para a difusão de metodologias exclusivamente arquivísticas no tratamento documental. Um importante legado foi sua grande contribuição na consolidação dos arquivos pessoais como instituições pertencentes ao campo, ao coordenar o trabalho que aplicou os princípios arquivísticos e a tipologia documental na organização do acervo do Instituto Fernando Henrique Cardoso, combatendo preconceitos e desconfianças existentes sobre tais fundos como se esses não fossem arquivos.

Professora da Universidade de São Paulo, desde 1968, Camargo possui uma larga trajetória no universo dos arquivos, participando diretamente na implementação de métodos arquivísticos de organização e tratamento de acervos em diversas instituições como o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, o Instituto Fernando Henrique Cardoso e tantas outras. Sua atuação destaca-se também na representação da Arquivologia brasileira em importantes conselhos como a Unesco (2006-2008) e o International Council of Archives (1988-1990).

Camargo e Bellotto destacam-se ainda pelas inúmeras orientações de dissertações e teses no campo arquivístico junto ao Programa de Pós-Graduação em

História Social da Universidade de São Paulo, formando gerações de pesquisadores dedicados ao desenvolvimento da Arquivologia brasileira enquanto área do conhecimento.

3.4 AS MULHERES E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

As mulheres também se destacam na produção científica brasileira, não somente pela literatura já citada nesse artigo, mas também pela publicação de artigos em periódicos que tornaram-se referência de disseminação do conhecimento arquivístico como a **Acervo**, do Arquivo Nacional e a **Arquivo & Administração**, editada pela Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Publicada de 1986, no âmbito do processo de modernização, coordenado por Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, a revista **Acervo** caracterizou-se pela publicação de pesquisas históricas, muitas delas baseadas nos seus documentos como fontes confiáveis e pelas análises do campo arquivístico brasileiro. Em seus 34 volumes até o primeiro semestre de 2021, com 65 números, 24 destes são dedicados à Arquivologia com mais de 170 artigos com variadas temáticas pertinentes ao campo explorando aspectos teóricos, divulgação de técnicas, relatos dos trabalhos realizados em instituições arquivísticas, e análise de atores sociais no desenvolvimento de políticas arquivísticas.

Autoras como Marilena Leite Paes, Norma de Góes Monteiro, Helena Corrêa Machado, Cecília Maria Westphalen, Célia Maria Leite Costa, Graça Salgado, Ana Maria de Lima Brandão, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco e, mais recentemente, Ieda Pimenta Bernardes, Cláudia Lacombe, Maria Izabel de Oliveira e Dilma Cabral compartilharam seus conhecimentos e trabalhos junto aos arquivos, ampliando o debate científico da Arquivologia e consolidando saberes e técnicas da área.

O periódico **Arquivo & Administração**, publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, entre os anos de 1972 e 2014, com diversos intervalos em sua periodicidade, procurou difundir saberes técnicos, científicos, culturais; além de experiências profissionais e pesquisas científicas com o objetivo desenvolver a área e auxiliar no aperfeiçoamento dos profissionais de arquivo, além de cooperar com

entidades públicas e privadas. Diferentemente da revista **Acervo** que optou em publicar pesquisas no campo da História e da Arquivologia, muitas vezes dando maior espaço ao primeiro, **Arquivo & Administração** dedicou-se a difusão dos trabalhos realizados nas instituições arquivísticas do país e na formação acadêmica dos profissionais de arquivo, funcionando como uma espécie de boletim da área.

Com 26 volumes e mais de 35 números, dentre importantes contribuições, podemos citar a conceituação do que são sistemas de arquivo e o relato de Marilena Leite Paes de como a Fundação Getúlio Vargas estava implementando-o, em 1975²; no mesmo número encontramos a apresentação do Arquivo Público do Sergipe, por Maristher Moura Vasconcelos, além da defesa de Maria Luiza Damemann, Wilma Schaffer Corrêa e Marly dos Santos da necessidade do registro dos arquivos brasileiros. Outro importante destaque nas publicações da década de 1970 é de Astréa de Moraes e Castro, então coordenadora do núcleo regional de Brasília, que passou a descrever as situações das instituições arquivísticas ao redor do Brasil.

Na década de 1980, o periódico dedicou-se a difundir funções e técnicas arquivísticas com o objetivo de instruir profissionais que estivessem atuando nos arquivos. Assim, Nilza Texeira Soares abordou a avaliação dos documentos de arquivo (1981); Eliana Rezende Furtado de Medonça, a aplicação de modelos de organização para os arquivos intermediários (1982-1986); Léa Arquino, a organização de arquivos empresariais (1986). Essa missão de difundir as funções e processos na práxis arquivística continuou por toda década de 1990; a exemplo do trabalho de Maria Celina Soares Melo e Silva sobre a segurança em arquivos (1998); Mariza Botino, acerca das especificidades dos arquivos universitários (1998); Maria Odila Fonseca e a informação e as instituições arquivísticas (1998); Ana Maria Camargo refletiu sobre os arquivos e seus documentos em relação aos novos e velhos suportes; além de Marilena Leite Paes analisar a importância da gestão de documentos para os serviços públicos federais (1998)

Ao longo de sua existência **Arquivo & Administração** firmou-se como um importante locus de divulgação do conhecimento científico no campo da Arquivologia, a dedicação e empenho das personalidades acima elencadas em

²O relato foi publicado no volume 3, número 2, do periódico **Arquivo & Administração**, em 1975.

transmitir seus conhecimentos práticos e teóricos foram registrados por essa publicação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao nosso epílogo que poderia ser considerado também um ponto de partida, uma vez que o principal objetivo desse trabalho verte-se em suscitar reflexões que tangenciam as questões de gênero e da formação da Arquivologia brasileira enquanto campo do conhecimento.

Abordar o pioneirismo das mulheres na Arquivologia trata-se de um esforço em visibilizar agentes e protagonistas que costumam ser silenciadas ou ocultadas para privilegiar narrativas sobre instituições ou processos arquivísticos. No entanto, como fora apontado no início desse trabalho, direcionar a pesquisa nas personalidades que desenvolveram a Arquivologia enquanto campo do conhecimento perpassa por questões sociais mais profundas que não se limitam a área.

Ao apresentar nomes que contribuíram para a formação da Arquivologia brasileira, questões imperativas se apresentam nessa análise como as categorias gênero, classe e raça.

A esfera do conhecimento científico, como demonstra Leta (2003), foi estruturada enquanto campo de atuação preferencialmente dos homens. No escalonamento dos saberes-poderes, abordado por Foucault (1998), as consideradas *ciências duras*: engenharias, matemática, lógica, estatística, física, tecnologias da comunicação, computação, entre outras são consideradas de domínio natural dos homens. A disciplinarização dos saberes caminhou para a exclusão e interdição das mulheres, naturalizando estruturas de dominação a partir da construção simbólica do imaginário de que os saberes científicos são produzidos por homens brancos. A chamada grande Ciência neutra e universal é masculina e marcada pela branquitude.

Simone de Beauvoir (2009), ao analisar as formas de dominação estrutural nas chamadas sociedades ocidentais, aponta que é construído social e simbolicamente a representação do homem como pólo positivo e neutro ao mesmo tempo a ponto de classificarmos “os homens” como a humanidade.

Assim, os dispositivos discursivos de uma pretensa superioridade masculina justificada pelos aspectos biológicos foram sendo validados e repetidos durante séculos e décadas, formando o imaginário social de que as mulheres seriam vassalas dos homens. Ainda que o desenvolvimento das tecnologias há muito tenha equiparado possíveis desigualdades de força física, ao menos desde a Revolução Industrial do século XVIII, econômica e politicamente homens e mulheres ocupam classes distintas. São destinados a eles os maiores salários, as melhores condições de trabalho, as possibilidades de crescimento financeiro, as oportunidades mais vantajosas como se fossem méritos individuais e conquistas singulares.

Embora o feminismo e suas pautas tenham conquistado importantes vitórias, desde o início do século XX, em termos de equiparação de salários, jornadas de trabalho (incluindo a doméstica), representatividade política, algumas áreas ainda são de domínio masculino como: a indústria, o mercado financeiro, a política partidária e a produção de conhecimento científico.

Os arquivos são instituições centenárias, no entanto, seu papel nas sociedades não teve grande prestígio como daquelas ligadas à medicina, ao ordenamento jurídico, às engenharias, à computação, ao desenvolvimento tecnológico. Como relata Belloto (1988), os arquivos eram considerados, primeiramente celeiros da História, depois passaram a serem mais usados no auxílio da administração das instituições e no ordenamento jurídico, mas sempre em um lugar secundário e subalternizado.

A Arquivologia, considerada um saber disciplinarizado recentemente, sobretudo no Brasil, cujos marcos de institucionalização, como apresentados ao longo desse trabalho, estão na década de 1970, é considerada como área pouco conhecida e valorizada em termos de campo de conhecimento.

Saffioti (1987) e de Miceli (2001) mostram os escalonamentos dos saberes e das profissões que criam divisões nas ocupações por gênero no imaginário social. Os cursos de engenharia, agronomia, veterinária, ciências econômicas, direito, arquitetura, farmácia, medicina, física, química, matemática, biologia eram dominadas por homens até a década de 1980. Já os cursos de Letras, Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia, Ciências Humanas, num geral, eram ocupadas por mulheres no mesmo período.

De acordo com Saffioti (1987), construiu-se um imaginário na sociedade brasileira que o mundo do trabalho para as mulheres é uma extensão de suas responsabilidades enquanto esposa ou filha. O lar, a maternidade, o casamento vão se constituindo servidões para a mulher com encargos que consolidam interdições, desigualdades e reafirmam posições de dependência econômica e desigualdade patrimonial. Assim, as profissões mais próximas ao considerado universo feminino eram imputadas às mulheres. Então, a responsabilidade pela educação dos filhos foi associada à vocação da mulher ao magistério; os cuidados com a saúde da família à culinária, enfermagem e serviço social. Ademais, áreas ligadas à erudição também eram consideradas do universo feminino como Letras, Museologia e Biblioteconomia, uma vez que a mulher era vista como propriedade do homem.

As marcas da sociedade patriarcal, como demonstra Saffiotti (1987), enquadraram a mulher como propriedade do homem, seja na figura do pai ou do marido. Realidade essa que perpassa as décadas entre 1950 e 1980 analisadas pela autora. Então, a erudição, as qualidades de boa mãe, boa esposa, zelosa dona do lar e seu reconhecimento profissional são consideradas conquistas de homens bem sucedidos, ou seja, daqueles que possuem patrimônios de grande valor.

Beauvour (2009) assinala que a mulher burguesa faz questão da manutenção dos seus privilégios de classe, então, a erudição, o orgulho do status social, as qualidades morais, o zelo com a casa e a educação dos filhos viram ativos de valor para maior inserção em esferas geralmente não autorizadas a estarem ou ocuparem como os lugares de prestígio do conhecimento científico.

Na Arquivologia, as questões de classe, raça e gênero atravessam a história da formação da área no Brasil. A realidade relatada por Saffiotti (1987) também pode ser percebida nessa área do conhecimento. Sua proximidade com a Museologia e a Biblioteconomia, pela necessidade de se fortalecerem como campos científicos, buscando legitimidade e reconhecimento, constituiu um grupo de disciplinas com características semelhantes: de predominância da atuação das mulheres brancas, membros da elite brasileira ou próxima a ela, buscando saberes e cursos que dessem a legitimidade da erudição perante a sociedade.

Embora, os arquivos possuam um vínculo com a administração, sobretudo de Estado, o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil nos anos 1960 e 1970 deu-se a partir dos arquivos permanentes que possuíam características mais semelhantes aos museus e bibliotecas: lugares destinados a pesquisadores e interessados com alto nível de instrução que compartilhavam códigos culturais de uma minoria privilegiada socioeconomicamente da população brasileira.

Reconhecemos as importantes conquistas das mulheres aqui apresentadas, as barreiras rompidas em ambientes hostis e a ocupação de espaços estratégicos no desenvolvimento da Arquivologia enquanto campo científico. No entanto, é preciso também admitir os lugares de privilégio ocupados por essas personalidades citadas.

As relações familiares, as possibilidades de estudo e de trabalho são aspectos fundamentais que marcam as trajetórias das personalidades aqui mapeadas. Essa determinação de classe funcionava (e funciona) sobre a forma de regra implícita ou explícita, regulando o prolongamento do estudo, do trabalho, das possibilidades de troca política, das mulheres serem ouvidas, dos seus discursos serem aceitos, das possibilidades de autonomia em seus trabalhos, das realizações no seu campo de atuação.

Portanto, não negamos a agência das protagonistas aqui citadas e seus empreendimentos para o desenvolvimento da Arquivologia, mas é preciso reconhecer seus traços como grupo caracterizados pela branquitude, classismo e relações de reciprocidade no campo político, social e simbólico.

Diante do exposto, identificamos o pioneirismo da mulher na Arquivologia brasileira perpassa por condições de privilégio de classe e raça. No entanto, é preciso reconhecer seus engajamentos e conquistas em rupturas na condição de mulher em uma sociedade patriarcal, na construção de formas de agir e pensar independentes, lutando em espaços hostis de apagamentos e subalternidades, com importantes avanços a partir de rupturas e brechas institucionais demarcando o protagonismo da mulher nessa área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BACZKO, B. **Los imaginários sociales: memorias y esperanzas coletivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELLOTTO, H. L **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1988.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2008.

_____. **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

CAMARGO, A.M.; BELLOTTO, H.L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Arq-SP, 1996.

CASTRO, R. Arquivos pessoais, disponibilização e acesso na web: o caso do CPDOC. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n.4, 2017. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_08.php>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 2005.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FRANCO, C.V.A.P.M. Entrevista. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p. 7-30, 2013.

HEYMANN, L. Q.; NEDEL, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2018.

GOMES, Y. Q. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre memória e história**. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado em Memória Social), Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro.

JARDIM, J.M.; FONSECA, M. O. **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Eduff, 1999.

LETA, J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil sem sucesso. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, São Paulo, p. 271-284, 2003.

MARQUES, A. A. C. **A Arquivologia Brasileira: buscar por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

MICELI, S. **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Ed. Sumaré; Brasília: Anpocs, 2001.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, P. R. E. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. 2008. 259f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Os arquivos como vocação e a arquivologia como profissão. **Acervo**, v.34, n. 1, p.11-30, jan.-abr. 2021.

SCOTT, J. W.. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1999.

SCHMIDT, C. M. S. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Arq-SP, 2015.

SILVA, E. P. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. 2013. 130f. Tese (Doutorado em Memória Social) Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro.